

## **INVESTIGANDO PARA ENSINAR HISTÓRIA:**

### **CONTRIBUIÇÕES DE UMA PESQUISA EM COLABORAÇÃO**

**SCHMIDT**, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos - UFPR

**GARCIA**, Tânia Maria F. Braga - FEUSP

**GT:** Didática/n. 04

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

#### **Introdução**

Uma das principais questões apontadas hoje, nos debates em torno da problemática do ensino, relaciona-se com as dificuldades dos professores para concretizar e articular, em sala de aula, as renovações do conteúdo e as inovações pedagógicas com os interesses dos alunos. Na perspectiva do ensino de História, afirma-se, em tom de crítica, que os alunos sabem menos do que antes, que não se interessam pelos conhecimentos históricos e que não conseguem alcançar os níveis educacionais desejados.

Nessa perspectiva, as aulas de história enfrentam exigências novas que decorrem da necessidade de novas formas de aprendizagem mais complexas, isto é, mais totalizadoras e integradoras que permitam aos estudantes a aquisição de determinados conhecimentos, não somente no nível cognitivo enquanto “saber histórico”, mas também em situações concretas sociais, isto é, esse saber deve ter significado para a sua vida política, social e cotidiana.

Frente a esse contexto, nas escolas, os professores enfrentam novos desafios e inseguranças e, no cotidiano do trabalho escolar, lhes resta pouco tempo para refletir sistematicamente sobre suas experiências. Em geral, suas reflexões estão voltadas predominantemente a questões emergenciais de suas salas de aula. Essa situação inclui, entre as preocupações das pesquisas da Didática da História, uma atenção preferencial ao campo da prática escolar, entendendo que a sala de aula é o cenário onde se culmina o processo de seleção e configuração do conhecimento que se põe à disposição dos alunos.

É importante destacar que os estudos e pesquisas da Didática da História, que estão sendo desenvolvido em vários países, têm procurado superar sua relação de clientelismo com a ciência da História e buscado desenvolver tarefas próprias, colocando no centro da reflexão e formação teórica dos professores e o ensino de história na escola, indicando que a função desse campo não seria apenas traduzir os

resultados da investigação histórica para o uso escolar. É preciso ressaltar que as posições teóricas dos especialistas em Didática da História não são, de maneira alguma, homogêneas. Conceitos como “consciência histórica”, “cultura histórica” ou “aprendizagem histórica” se vinculam com idéias inteiramente distintas acerca do manejo do saber ou conhecimento históricos.

Entende-se que, como tarefa educativa de formação política, crítica e comunicativa, a Didática da História pode ser assumida como um conjunto de conhecimentos que, em relação com a situação atual, pretende formular conteúdos relevantes do passado com o objetivo de transmiti-los, de tal modo que possam ser transformados em “habilidades sociais” pelas novas gerações. Assim, esses conhecimentos assumem uma posição crítica social, isto é, procuram oferecer uma gama de reflexões sobre os problemas sociais do momento, que possam ser repensados a partir do seu futuro e de sua possibilidade como elemento de transformação.

Segundo Borries (2000), a Didática da História poderá se transformar de um discurso normativo e especulativo em um conhecimento empírico e pragmático, passando a ser entendida como uma ciência social aplicada, cujas principais perguntas seriam:

- que manejo do passado nas aulas de história nos parece necessário e apropriado para a jovens gerações, frente ao desenvolvimento social atual?
- Que métodos históricos são mais apropriados para reconstruir o passado cultural, social, econômico, político e seu desenvolvimento?
- Que informação é necessária para construir uma compreensão histórica relevante para o desenvolvimento social atual?

A busca por respostas a essas questões tem sustentado um conjunto de projetos de investigação no campo da Didática da História desenvolvidos no contexto das atividades de formação inicial e continuada de professores, bem como em projetos de mestrado e doutorado. Um desses trabalhos refere-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão que fazem parte do projeto “Recriando Histórias de Pinhais e Recriando Histórias de Campina Grande”. Atualmente, estruturou-se o projeto de pesquisa – Recriando a História: a construção do método como elemento constitutivo do código disciplinar e as possibilidades da educação histórica”, cujas atividades de investigação estão sendo desenvolvidas a partir de duas grandes metas ou perspectivas.

A primeira delas refere-se à necessidade de entender historicamente a construção do método de ensino da História. Para efetivar essa pesquisa, organizou-se o projeto

Ensinar a ensinar a História: análise de manuais de didática destinados à formação de professores, que vem sendo desenvolvido desde 2001, articulado ao projeto Ensinar a Ensinar: pesquisa e análise de manuais destinados à formação de professores, vinculados ao Projeto Manes, da Uned/Madri.

A segunda perspectiva definidora da direção da pesquisa, refere-se à importância de se investigar a construção do código disciplinar da História a partir dos textos visíveis e invisíveis relacionados com o método de ensino em sala de aula. Segundo Cuesta Fernandez (1998:8-9), o código disciplinar é

Una tradición social que se configura históricamente y que se compone de un conjunto de ideas, valores, suposiciones y rutinas, que legitiman la función educativa atribuida a la Historia y que regulan el orden de la práctica de su enseñanza. Alberga, pues, las especulaciones y retóricas discursivas sobre su valor educativo, los contenidos de su enseñanza y los arquetipos de práctica docente, que se suceden en el tiempo y que se consideran, dentro de la cultura dominante, valiosos y legítimos. En suma, el código disciplinar comprende lo que se dice acerca del valor educativo de la Historia, lo que se regula expresamente como conocimiento histórico y lo que realmente se enseña en el marco escolar. Discursos, regulaciones, prácticas y contextos escolares impregnan la acción institucionalizada (los alumnos) que viven y reviven, en su acción cotidiana, los usos de educación histórica de cada época.

Na perspectiva de Cuesta Fernández (1998), as investigações podem se dirigir ao que ele chamou de “textos visíveis”- tais como o currículo, os manuais e outros materiais didáticos – e para os “textos invisíveis”, como as práticas docentes em sala de aula, situando-os e interpretando-os no e pelo contexto no qual se inserem.

Além desses elementos, que foram tomados como pressupostos para a elaboração deste projeto de investigação, considerou-se imprescindível tomar como referência as análises relacionadas às formas de aprendizagens históricas que podem ser apreendidas a partir dos conhecimentos prévios dos alunos.

Neste caso, a investigação adotou duas referências principais. De um lado, um diálogo com os trabalhos já realizados por Lee (2001) e Barca (2000; 2001) que fornecem subsídios para se entender as estratégias e progressão do pensamento histórico dos sujeitos que aprendem e ensinam. De outro, os trabalhos de Rusen (1992) e Prats (2001) que buscam compreender o produto da aprendizagem sob a forma da construção da “consciência histórica”, ou seja, a operação mental com a qual o homem articula, no

processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir* (e do sofrer) *humano no tempo*.

Esses pressupostos nortearam a realização de uma investigação de caráter exploratório sobre o ensino de História em escolas de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. séries do ensino fundamental, tendo em vista a necessidade de pesquisar e sistematizar elementos que incluíssem, organicamente, a relação entre as atividades dos professores como investigadores sociais e o método de ensino em sala de aula, como constitutivos do código disciplinar da História. Este estudo exploratório contou com a participação de professores que atuam em escolas públicas de uma rede municipal de ensino no Paraná.

A perspectiva metodológica escolhida para o estudo exploratório foi a da pesquisa em colaboração. A opção por essa metodologia teve como determinante ela ser considerada adequada para pesquisas cuja natureza é o ensino e porque considera os professores como verdadeiramente integrados ao processo de investigação, na medida em que eles têm acesso direto e efetivo aos problemas de sala de aula, sabendo, assim, melhor interpelá-los e expressá-los (Bueno, 1998; Erickson, 1989).

Tomando, portanto, esses referenciais teórico-metodológicos como ponto de partida, foi desenvolvido o estudo exploratório cuja dinâmica e resultados estão relatados a seguir.

### **Professores investigadores em aulas de História**

A necessidade de discutir quais são os conhecimentos históricos necessários e apropriados para as gerações que hoje freqüentam as escolas tem norteado o desenvolvimento de pesquisas, particularmente em torno de temas que estudam a relação entre a formação da consciência histórica, a construção da competência narrativa em história e a aprendizagem histórica. Assim, uma das questões que nortearam esse estudo exploratório foi a de procurar saber como se dá a construção da competência narrativa, uma operação constitutiva da consciência histórica, isto é, da capacidade que o aluno tem de experimentar e interpretar o passado, para poder orientar-se em sua própria vida e que distingue o ensino e a aprendizagem histórica de outras formas de aprender, constituindo o caráter propriamente histórico da aprendizagem.

Uma das conseqüências dessa preocupação é que o aluno não é visto como um sujeito passivo frente ao conhecimento histórico, mas, ao saber “narrar” a história ele pode se converter num participante ativo e produtivo no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, implica também o reconhecimento de que tanto alunos como professores, são resultados de socializações prévias, isto é, que ambos já possuem parte do conhecimento histórico que vai ser objeto de estudo em sala de aula. (RUSEN, 1992)

Esses pressupostos sugeriram e estimularam atividades de cooperação entre a Universidade e uma rede pública de ensino. Nessa direção, e de forma articulada a outras pesquisas realizadas no Programa de Pós-graduação em Educação, foi organizado o presente estudo exploratório que contou com a participação de dois pesquisadores da universidade, um professor visitante especialista no ensino de História e um grupo de 11 professores de História de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. séries de escolas públicas municipais.

Os princípios da metodologia da pesquisa em colaboração foram privilegiados no estudo exploratório porque, em primeiro lugar, buscou-se uma relação mais orgânica entre as atividades de pesquisa no âmbito da Universidade e as demandas do ensino e das práticas docentes nas escolas do ensino fundamental.

Para o desenvolvimento do Estudo Exploratório, foi realizado um Seminário de trinta horas sobre o tema “Investigar no ensino de História”, ministrado pela professora Isabel Barca, da Universidade do Minho, Portugal. Nesse Seminário, foram apresentadas sugestões para orientar o trabalho de investigação, organizadas nos seguintes temas: definição de campo e enfoques de pesquisa, metodologias de pesquisa, construção da experiência de pesquisa e análise dos dados.

Paralelamente a essas temáticas, foi discutido o conceito de Educação Histórica, na perspectiva de que isto implica saber ler fontes históricas diversas, com suportes e mensagens diversas; saber confrontar fontes nas suas mensagens, intenções e validade; saber selecionar fontes, para confirmação e refutação de hipóteses (descritivas e explicativas); saber entender o Eu e o Outro, no seu contexto particular, saber exercitar as explicações históricas, saber construir narrativas históricas e saber levantar novas questões e hipóteses.

Discutiu-se ainda o princípio da metodologia da pesquisa em colaboração, a partir da qual todos os sujeitos envolvidos nas atividades devem ser considerados como tendo existência própria e como fator determinante nos processos de investigação e produção do conhecimento, tendo como referência o diálogo entre os sujeitos envolvidos. Assim, desde o início das atividades, os professores investigadores foram

estimulados a construir sua hipótese e seu instrumento de pesquisa, contrariando, de certa forma, a expectativa que traziam – eles esperavam que houvesse um momento inicial de fundamentação teórica e, a partir das orientações que seriam dadas, eles iriam preparar as suas aulas práticas.

No entanto, houve apenas uma pequena apresentação da proposta de trabalho e, a partir daquele momento, os grupos foram organizados para planejar e organizar o conjunto das atividades que seriam desenvolvidas por eles em sala de aula. Solicitou-se que escolhessem um tema para ser explorado a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. Segundo um dos professores envolvidos, “*o grupo sentiu-se angustiado por não estar compreendendo ainda a proposta de trabalho, mas partimos para a organização da primeira aula investigatória*”. (FERNANDES, 2003).

Um dos professores investigadores sugeriu a temática “Cidadania”. Acatada a sugestão pelos demais participantes, foram encaminhadas propostas para a estruturação do projeto. Uma das preocupações do grupo foi definir o recorte que seria dado ao tema, ou seja, construir as perguntas da pesquisa que fariam aos alunos, no sentido de verificar seus conhecimentos prévios. Nesse sentido, o grupo decidiu pelo diálogo com os pesquisadores da universidade e definiu as seguintes questões que seriam aplicadas aos seus alunos:

*Você é cidadão?*

*Desenhe e escreva um ato de cidadania.*

A produção e escolha das questões constitutivas da atividade de investigação dos conhecimentos prévios produziram grande ansiedade no grupo, o que fez com que a coordenadora do seminário buscasse clarificar o sentido deste trabalho na sala de aula. Assim, foram enfatizados alguns pressupostos que orientam o processo de ensino-aprendizagem, destacando a valorização do aluno como agente de sua formação, acolhido a partir de suas idéias prévias e diferentes experiências. Ademais, a coordenadora enfatizou a atuação do professor como investigador social, como organizador do seu trabalho e como principal agente na execução de sua função, selecionando e organizando os conteúdos, as problematizações e as atividades a serem desenvolvidas.

Foram feitas investigações nas seguintes turmas: uma 5<sup>a</sup>. série, uma 7<sup>a</sup>. série e uma 8<sup>a</sup>. série. Todo o grupo de professores investigadores leu os resultados e, após

diálogo entre os professores investigadores e os investigadores da universidade, o grupo optou desenvolver o trabalho em apenas uma turma, a 8<sup>a</sup>. série, aplicando as mesmas questões do instrumento desenvolvido anteriormente.

A turma escolhida para o desenvolvimento do projeto de pesquisa pertence a uma escola municipal localizada na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR, e é composta por 44 alunos com idades entre 13 a 18 anos. Uma das características da localidade onde está situada a escola é ser uma região de transição entre a zona rural e urbana. Trata-se de uma pequena localidade onde todos se conhecem, têm acesso à televisão, mas poucos possuem internet. Uma parte significativa dos alunos é descendente de imigrantes ucranianos e poloneses.

O professor da turma aplicou o instrumento com as duas questões sugeridas pelo grupo e, posteriormente, as atividades do Seminário estiveram voltadas à leitura, análise e organização das respostas dadas pelos alunos, sob a supervisão da coordenadora e dos pesquisadores da Universidade. Essa sistematização permitiu identificar a presença de alguns elementos das respostas que, ao final, definiram a seguinte categorização:

- 12 alunos relacionaram direito à cidadania com preservação da natureza (por exemplo, saneamento e coleta de lixo);
- 8 alunos relacionaram com o cumprimento das leis já existentes;
- 6 alunos relacionaram com posse de direitos civis, como liberdade de expressão e liberdade de ir e vir;
- 5 alunos relacionaram com questões sociais, como salários;
- 3 alunos relacionaram com algum tipo de ajuda ao próximo, como ajudar cegos a atravessar ruas, etc.;
- 3 alunos relacionaram com preservação do patrimônio;
- 3 alunos relacionaram com questões da dívida externa do país;
- 2 alunos relacionaram com direitos políticos;
- 2 perguntas não indicaram nenhuma relação.

Os professores investigadores debateram e avaliaram os resultados de sua primeira pesquisa e manifestaram dúvidas sobre o recorte que poderiam fazer ao tema “Cidadania” para que, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, fossem organizados os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Por opção do grupo, foi proposto que a primeira abordagem do conteúdo relacionado ao tema seriam as questões

que envolvessem o tratamento do conceito de Cidadania do ponto de vista dos direitos políticos, já que apenas dois alunos haviam apresentado esta perspectiva.

A participação dos professores investigadores nesse processo de discussão e escolha constituiu-se um momento importante para que eles adquirissem mais segurança no trabalho. O passo seguinte foi a seleção dos conteúdos, problematizações, documentos e atividades a serem desenvolvidas junto à turma de 8<sup>a</sup>. Série participante da pesquisa.

Para organizar esse trabalho, os professores investigadores utilizaram o horário de permanência, tempo normalmente destinado a atividades diversificadas e que permite sejam reunidos todos os professores de História no mesmo horário. Os registros dos debates realizados nesse encontro evidenciam múltiplas possibilidades de trocar informações, experiências e sugestões, reafirmando a importância desses momentos para que os professores produzam alternativas em direção a práticas transformadoras.

Nesse encontro, foi definido pelo conjunto de professores o encaminhamento que seria dado ao conteúdo, foram selecionados os documentos que seriam utilizados, foram propostas as problematizações e as estratégias de ensino. Para trabalhar o tema Cidadania, focado na explicação do conceito de cidadania política, em uma abordagem histórica, os professores selecionaram diferentes documentos: Artigos da Constituição de 1824; da Constituição de 1891; imagens de época; artigos da Constituição de 1934; da Constituição de 1937; de 1946; do ato Institucional n.5 de 1968; caricaturas; letras de música e artigos da constituição de 1988.

O acompanhamento desse processo de escolhas e decisões feitas pelos professores foi especialmente importante no sentido de se identificar alguns elementos constitutivos do processo de construção, pelos professores, dos “textos visíveis” que são utilizados em sala de aula.

A aula preparada pelo grupo foi desenvolvida pelo professor investigador responsável pela turma e teve como observadores os outros professores (4). O tempo da aula foi de 15:30 às 17:00 horas. A sala estava preparada com retroprojeter, tela, aparelho de som e os professores observadores utilizaram filmadora para fazerem o registro.

O professor explicou a presença dos colegas e apresentou aos seus alunos, em transparências, os resultados da investigação que foi realizada. Pode-se acompanhar a participação de alguns alunos, com intervenções que procuravam lembrar o que eles



próprios haviam respondido. Houve um grande interesse, por parte da turma, na exposição e explicação dos resultados feitos pelo professor.

A seguir, o professor passou a desenvolver as atividades previstas. Iniciou as atividades fazendo uma revisão com os alunos sobre o significado de Constituição. A seguir, utilizando transparências, apresentou uma contextualização, organizada sob o seguinte título: “Aspectos da construção da cidadania política no Brasil: 1824-1988”. Inicialmente direcionou o conteúdo da Constituição de 1824, destacando os artigos 5º. e 6º. que regulamentavam a vida política dos brasileiros.

A problematização apresentada pelo professor sobre esse documento foi: “Essa Constituição inclui a todos ou exclui alguém?”. Vários alunos manifestaram-se, identificando alguns personagens ausentes no texto da constituição: os pobres, os estrangeiros, os escravos e as mulheres. A utilização de uma nova transparência, com documentos da Constituição de 1891, permitiu que o professor estimulasse os alunos a levantarem questões relacionadas à inclusão e/ou exclusão da população brasileira no processo de participação política, como a proibição do voto aos militares, mulheres e analfabetos. Este trabalho teve continuidade com a apresentação dos documentos relativos à Constituição de 1934, quando o professor destacou o art.108 que descreve os eleitores e seus direitos, fazendo com que os alunos identificassem a conquista do direito de voto pelas mulheres.

A seguir, o professor projetou uma imagem do Pelourinho com um escravo sendo açoitado e o povo assistindo. Alguns alunos comentaram as imagens, destacando a exclusão à qual era submetido o escravo africano e lembrando alguns movimentos de resistência que eles já haviam estudado, como os Quilombos. À medida que ia projetando os documentos, o professor colocava as problematizações e relacionava as intervenções dos alunos com outras informações de caráter histórico. Houve reações de surpresa pelos alunos quando o professor projetou uma caricatura representando a censura no período do Estado Novo. Os alunos fizeram perguntas e este documento provocou um debate sobre o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Outro documento trabalhado pelo professor foi o artigo 131 da Constituição de 1946, o qual destaca a proibição de voto para analfabetos e imigrantes. Isto causou surpresa e manifestações por parte de vários alunos descendentes de imigrantes. O professor registrou para uma próxima aula a sugestão de um trabalho sobre os imigrantes e os direitos políticos.

Para trabalhar a questão dos direitos políticos no período da Ditadura Militar (1964-1984), o professor distribuiu quatro documentos: um artigo do Ato Institucional n.5; uma caricatura produzida pelo Ziraldo; a letra da música Apesar de Você (Chico Buarque) e o Artigo 5º. da Constituição de 1988. Foi solicitado que os alunos comentassem livremente os documentos e as intervenções realizadas por eles privilegiaram, principalmente, a repressão às idéias e ao direito de manifestação. Como síntese do trabalho, o professor solicitou que os alunos comparassem o documento relativo à Constituição de 1988 com os outros documentos analisados, e os alunos expressaram suas conclusões, destacando as mudanças que ocorreram.

O retorno dos professores pesquisadores ao Seminário propiciou o espaço para comentários com os investigadores da universidade e com a coordenadora, envolvendo aspectos dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula. A coordenadora apresentou sugestão - aceita pelo grupo - no sentido de aplicar o mesmo instrumento de investigação que já havia sido utilizado para avaliação dos alunos de outras turmas.

A atividade foi realizada e os resultados foram tabulados novamente pelos professores investigadores. Segundo eles, os alunos passaram a dar uma importância maior às ações coletivas como instrumento importante na luta pela cidadania, e representaram isto em observações orais e escritas. Os dados revelaram um aumento na valorização dos direitos políticos (de voto, de organização e de manifestação popular) como constitutivos da cidadania.

Por outro lado, observou-se que não houve aumento da valorização na relação entre cidadania e preservação do patrimônio. A reflexão sobre as atividades realizadas levou os professores a concluir que tal fato ocorreu porque essa temática não foi abordada nos documentos selecionados para serem trabalhados em sala de aula e que, portanto, não houve um direcionamento do debate a esse aspecto específico.

O registro das atividades desenvolvidas em sala de aula apresentou importantes contribuições para se conhecer e explicitar o que CUESTA FERNANDES (1997;1998) chama de “textos invisíveis do código disciplinar da História”, os quais somente podem ser clarificados em situações de aprendizagem situada, onde alunos e professores estão em processos de interação entre eles e com o conhecimento a ser ensinado. Ademais, as maneiras pelas quais os alunos representaram suas relações com o conhecimento, ou seja, as expressões do conhecimento aprendido, podem também ser consideradas manifestações ou textos invisíveis do código disciplinar da História.

## **Elementos para um projeto de pesquisa em colaboração**

O estudo exploratório realizado revelou alguns aspectos fundamentais para a estruturação e organização de um projeto de pesquisa Recriando a História: a construção do método como elemento constitutivo do código disciplinar e as possibilidades da educação histórica.

Em primeiro lugar, apontou possibilidades de se criar condições em pesquisa para superar a “cultura do silêncio” (FREIRE,1987) e dar voz aos sujeitos, além de envolvê-los no processo de produção do conhecimento, indicando a importância da opção pela pesquisa em colaboração como metodologia a ser assumida.

Os professores manifestaram a importância de seu envolvimento no estudo exploratório, destacando a qualidade das discussões feitas com a equipe coordenadora, a abertura de perspectiva sobre o desenvolvimento das suas aulas de História e, ainda, a possibilidade de compreender uma face relevante da atividade de pesquisa, ou seja, aquela voltada às formas pelas quais os alunos expressam a compreensão dos conceitos envolvidos no ensino.

Em segundo lugar, obteve-se elementos para se pensar a ampliação do conceito de “código disciplinar”, principalmente no que se refere à importância de se acatar o que o aluno já sabe como um dos elementos de referência para a construção da história como disciplina escolar, na medida em que este pressuposto mostrou-se relevante para a seleção e recorte dado aos conteúdos, para a escolha dos documentos históricos que seriam utilizados em sala de aula e para as problematizações desenvolvidas pelos professores.

Nesse sentido, podemos afirmar que a pesquisa está centrada no campo das práticas escolares e apontar os professores e os alunos como elementos fundamentais da seleção e recontextualização do conhecimento em sala de aula – *“suas expectativas, interesses...enquanto principais agentes presentes no campo das práticas escolares \_ , bem como as práticas pedagógicas – mediadas pelas circunstâncias cronoespaciais e outras específicas do próprio campo \_ enquanto expressão das interações entre eles e o conhecimento. Trata-se, portanto, de analisar o campo da prática escolar com o objetivo de buscar a lógica do que ocorre em aula e de determinar o papel que as práticas pedagógicas e o conhecimento escolar têm no que acontece ali, considerando que o ensino e a aprendizagem não são necessariamente os únicos nem os principais*

*referentes das interações que se produzem na sala de aula*”. (MERCHÁN IGLESIAS, 2002).

Tomando, portanto, esses dois elementos em consideração, estruturou-se uma pesquisa em colaboração com a participação do grupo de professores investigadores e com pesquisadores da universidade, sob a supervisão da professora Isabel Barca, da Universidade do Minho, em andamento desde fevereiro de 2004. Pretende-se que a experiência do estudo exploratório seja agora desenvolvida de forma mais sistemática e intensiva, ao longo do ano, dando oportunidade para que os professores investigadores se apropriem de novos instrumentos de reflexão teórica necessários para se examinar as atividades mais frequentes nas aulas de História – as práticas pedagógicas, buscando-se entender as circunstâncias e fatores que as condicionam e modulam.

Em termos finais, o estudo exploratório e o projeto em andamento têm apontado o fato de que é possível superar o chamado “didatismo na história”, que trata de explicar o que ocorre na prática escolar somente a partir do que ocorre dentro da mesma escola, ou as perspectivas psicologistas mais comuns, que reduzem a questão do conhecimento escolar a um problema do pensamento de alunos e professores, bem como o historicismo, que trata o ensino de história como um fenômeno atemporal e distante da realidade social. Entende-se, como afirma BERNSTEIN (1998), que é necessário contemplar a dinâmica da aula e o papel dos professores e alunos, como uma atividade em que se cruzam os microprocessos do ensino com as funções sociais da escola, vendo alunos e professores ao mesmo tempo como produtos e agentes no universo escolar, instituidores e construtores do código disciplinar da história. (CUESTA, 1998).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História. In. BARCA, Isabel. *Perspectivas em Educação Histórica*. Braga: Universidade do Minho, 2001, p. 29-43.

BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BERNSTEIN, Basil. *Pedagogia, control simbólico e identidade*. Madrid: Morata, 1998.

BORRIES, Bodo von. *Methods and Aims of Teaching History in Europe: a Report on Youth and History*. In. STEARNS, P.N./SEIXAS, P./WINEBURG, S. *Knowing, Teaching and Learning History*. London: New York University Press, 2000, p.246-261.

BUENO, Belmira Oliveira. Pesquisa em colaboração na formação contínua de professores. In. BUENO, B.O./CATANI, D.B./ SOUSA, C.P. A vida e o ofício dos professores. Formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escritura, 1998, p.7-20.

CUESTA FERNANDES, Raimundo. Clio en las aulas. Madrid: Akal, 1998

CUESTA FERNANDES, Raimundo. Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

ERICKSON, Frederick. Research Currents: Learning and Collaboration in Teaching. In. Language Arts. March. 1989, p.430-441.

FERNANDES, Lindamir Zeglin. (org.). Relatório do Seminário Investigar em ensino de História. Curitiba: UFPR, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In. BARCA, Isabel. Perspectivas em Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2001.

MERCHÁN IGLESIAS, F. Javier. El estudio de la clase de historia como campo de producción del currículo. In. ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS SOCIALES. Revista de Investigación. Barcelona: Institut de Ciències de l'Educació de la Universitat Autònoma de Barcelona. N.1, Marzo de 2002, p.41-54.

PRATS, Joaquim. Enseñar Historia. Notas para una didáctica renovadora. Mérida (ES). Junta de Extremadura, 2001.

RUSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. In. Revista PROPUESTA EDUCATIVA. Buenos Aires: FLACSO, an.4,n.7, oct.1992., p.27-36.